

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

ESCRITURA PÚBLICA — PROMESSA DE COMPRA E VENDA - PROMITENTE VENDEDOR FALECIDO - PEDIDO COMINATÓRIO - TUTELA ANTECIPADA

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE O espólio de, representado por sua inventariante (qualificação), portadora da Cédula de Identidade/RG nº e inscrita no CPF/MF sob nº residente e domiciliada em, na Rua nº, por sua advogada (procuração inclusa - doc.) respeitosamente e com fulcro no art. 4º, par. único c.c. arts. 282 e seguintes do CPC e ainda 461 do mesmo código, com a redação que lhe deu a Lei 8.952 de 13/12/1994, propõe AÇÃO DECLARATÓRIA DE VENDA DE IMÓVEL C.C. PEDIDO COMINATÓRIO E COM REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra s/m ... (qualificação), portadores das Cédulas de Identidade/RG nºs e e inscritos CPF/MF sob nºs e, respectivamente, residentes e domiciliados na Rua nº, em Estado do, e contra (qualificação) portadora da Cédula de Identidade/RG nº e inscrita no CPF/MF sob nº, residente e domiciliada na Rua nº, em Estado do pelos motivos de fato e razões de direito, a seguir deduzidos: DO PEDIDO CAUTELAR DE LIMINAR Nos termos da Lei 8.952, de 13 de dezembro de 1994, que deu nova redação ao art. 273, do CPC o Autor requer, em caráter acautelatório, que V. Exa. oficie ao Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição de Estado do, determinando que averbe à margem da matrícula nº, que o imóvel ali registrado, consistente no Lote situado no Distrito de na Rua (antes Rua), encontra-se "sub-judice", determinando o bloqueio de quaisquer transferências que impliquem em alienação do referido imóvel, bem como quaisquer registros que importem em ônus e encargos à propriedade do mesmo, até final solução da presente demanda, pelos motivos que passa a expor; DOS FATOS 2) O Autor, em vida, comprometeu-se à compra, e os primeiros-réus à venda, do imóvel consistente no Lote, situado no Distrito de em Estado, medindo, metros de frente para a Rua (antes Rua), por metros de extensão da frente aos fundos, do lado direito de quem da Rua olha o imóvel, onde confronta com o lote e do lado esquerdo mede.... metros de extensão, da frente aos fundos, onde confronta com o lote, tendo na linha de fundos a largura de metros, onde confronta com terrenos de, com a área de metros quadrados, sem benfeitorias na matrícula nº do Cartório de Registro de Imóveis da^a Circunscrição de (doc.), tendo o A., pelo "de cujus", desde então, passado a exercer a posse do imóvel. 3) O preço avençado foi integralmente pago, como se verifica da Nota Promissória em anexo (doc.), pelo que, aos primeiros-réus cumpria, como cumpre, a obrigação da outorga definitiva da respectiva escritura de venda e compra ao Autor. 4) Ocorre que o Autor faleceu aos .../.../... (doc.), tendo sido aberto seu inventário, que tem curso perante a^a Vara da Família e das Sucessões do Foro Regional do, processo nº em, Estado de (doc.), onde constam como únicas herdeiras necessárias, as suas duas únicas filhas menores, e (docs.), representadas por sua mãe, nomeada inventariante e representante legal do Espólio-Autor, na forma da Lei (doc.), de quem encontrava-se separada consensualmente por sentença judicial do Juízo de Direito do Ofício de Família da Comarca de, transitada em julgado aos .../.../... (doc.). 5) Ao fazer o levantamento de bens existentes em nome do Espólio, a inventariante tomou conhecimento de que os primeiros-réus haviam outorgado escritura definitiva do referido imóvel à segunda-ré, logo após o passamento do Autor, aos .../.../... (doc.), inobstante a inexistência de qualquer autorização ou disposição de última vontade do Autor a esse mister, ou documento que desse legitimidade àquela de receber em seu nome tal escritura, a qual restou registrada à margem da matrícula retro cita da aos .../.../... 6) De posse das informações retro narradas e para garantir o direito do Autor, os primeiros-réus foram notificados extrajudicialmente pelo Ofício do Cartório de Títulos e

Documentos de, a prestarem os esclarecimentos pertinentes a tal ato de alienação indevida, sob as penas da Lei (doc.), que, recebida aos .../.../..., foi completamente ignorada pelos mesmos. 7) A segunda ré mantinha com o "de cujus" relação de concubinato, inobstante em nada ter contribuído para a aquisição do terreno, objeto da lide. Aproveitando-se do fato d